

# Alguns registros em torno da história do curso de Psicologia da PUC Minas no Coração Eucarístico

Wanderley Chieppe Felipe\*

## Resumo

Trazer à reflexão da comunidade universitária e, de modo especial, do grande grupo que integra a categoria dos psicólogos brasileiros alguns registros colhidos ao longo da existência do Instituto de Psicologia da PUC Minas, da posição privilegiada de observador participante, em diversos papéis, sem a pretensão de fazer história, no sentido acadêmico do termo, eis a tarefa a que me propus neste texto. O percurso de 50 anos do Instituto de Psicologia é exposto pela descrição de um panorama de multiplicidade teórico-prática e seus avanços conquistados por um posicionamento claro do compromisso da Psicologia com a sociedade e sua transformação. Integrar o saber acadêmico com a formação profissional tem sido um desafio enfrentado cotidianamente, sobretudo a partir de um maior nível de qualificação dos docentes, da implantação do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia, do crescimento da pesquisa e da produção acadêmica, e, mais recentemente, da busca de integração entre ensino, pesquisa e extensão.

**Palavras-chave:** Instituto de Psicologia; Psicologia em Minas Gerais; 50 anos de Psicologia.

Participar da história como um dos atores certamente é mais fácil do que sistematizar essa história, especialmente quando o intervalo de tempo entre a vivência e o momento da escrita é muito pequeno. O processo de coleta de dados, análise e discussão histórica pressupõe a posse de documentos hábeis e fidedignos, o contato com os principais atores, a análise da produção científica da comunidade acadêmica, a formulação de hipóteses ou pressupostos, o recorte de possíveis objetos de estudo e, por fim, a articulação de um texto que possa fazer avançar as ideias e discussões em torno do período histórico, no sentido de propor uma construção teórica e uma concepção. O presente trabalho não tem essa pretensão. Não se trata de construir um texto histórico, mas sim de apresentar alguns registros que

---

\* Pró-reitor de Extensão da PUC Minas, professor titular do curso de Psicologia da PUC Minas, mestre em Educação, e-mail: wfelippe@pucminas.br

auxiliem, no futuro, a pesquisa em torno dessa história. A proposição do artigo é de lançar algumas ideias sobre as ações e iniciativas dos participantes com os quais tive a oportunidade de conviver, a partir da posição privilegiada de estudante, monitor, professor, vice-coordenador e coordenador do curso de Psicologia, nos últimos 40 anos. Como professor, lecionei tanto disciplinas básicas quanto disciplinas de formação profissional. Também exerci o ofício – que continuo a exercer nos dias de hoje – de supervisor de estágios. Participei de várias comissões de reestruturação do curso, representei o curso e o departamento em diversas instituições, incluindo o Conselho Federal de Psicologia e o Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região. Não tenho, entretanto, o objetivo de escrever um depoimento pessoal, mas, antes, de descrever e discutir alguns momentos de organização e reorganização do curso de Psicologia dos quais participei em papéis diversos.

O Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), que completa 50 anos de história, abrange a experiência de um universo de alunos, professores e funcionários administrativos. É possível estimar que cerca de 10 mil alunos obtiveram o diploma de bacharéis em Psicologia, psicólogos, especialistas em Psicologia ou mestres em Psicologia nos cursos de graduação e de pós-graduação em Psicologia da PUC Minas. Terceiro curso de graduação em Psicologia do País, o curso de Psicologia da PUC Minas, criado em 1959, já nasceu sob a égide da multiplicidade de concepções teóricas e de objetos de estudo.

Antecedendo à regulamentação da profissão de psicólogo e de cursos de formação em Psicologia, que se deu em 1962, o curso de Psicologia da então Universidade Católica de Minas Gerais foi ministrado, em seus primórdios, por filósofos, pedagogos, médicos e psicólogos autodidatas que, após a regulamentação da profissão, puderam complementar a sua formação e obter o registro profissional. O professor Pedro Parafita de Bessa havia sido um dos fundadores do Serviço de Orientação e Seleção Profissional (SOSP), vinculado ao Instituto de Educação, em Belo Horizonte, e foi convidado a implantar o curso de Psicologia da Universidade Católica de Minas Gerais. Frei Ricardo, holandês, cujo nome de origem era Reinier J. A. Rozestraten, segundo coordenador do curso, havia feito um curso de Psicologia Experimental com André Rey, que era colega de Jean Piaget, e trazia uma forte tradição experimental, defendendo o reconhecimento da Psicologia como parte do campo das ciências, o que propiciou a introdução de disciplinas como Metodologia Científica, Psicologia Geral, Psicologia Experimental, Psicofísica, Psicologia da Aprendizagem, Psicologia da Personalidade, Psicologia Social (Rozestraten; Maciel & Vasconcellos, 2008). Por outro lado, psicólogos de

tradição psicométrica, oriundos do SOSp, propunham o uso da Estatística e da Psicometria como ferramentas básicas de estudo e validação dos instrumentos de avaliação psicológica, o que se fez presente no currículo escolar na forma de disciplinas como Estatística, Psicometria, Psicologia Diferencial, Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico, Técnicas de Exame da Personalidade. Havia ainda a presença de filósofos, que lembravam sempre os laços iniciais da Psicologia com a Filosofia da Era Moderna, ancorando seus ensinamentos nas escolas racionalistas, empiristas, positivistas, fenomenológicas, existencialistas e estruturalistas dos séculos XIX e XX, não nos esquecendo da filosofia crítica da linguagem, o que contribuiu para introduzir e fixar no currículo as disciplinas de Filosofia e Antropologia Filosófica. Além disso, os clássicos da Sociologia, por meio das escolas durkheimianas, weberianas e marxistas, também se faziam presentes nas aulas dos professores de Antropologia Cultural e Sociologia. No final da década de 1960, de forma marcante, manifestou-se a relação da Psicologia com a Biologia, que resultou na introdução das disciplinas Anatomia, Fisiologia, Neuroanatomia, Neurofisiologia e Psicofisiologia.

Em meados dos anos 60, foi criado, pelo professor Rozestraten, juntamente com o professor Délcio Vieira Salomon, que o sucedeu na direção do Instituto de Psicologia, o Serviço do Instituto de Psicologia da UCMG (SIPUC), seguindo o que prescrevia a Lei 4.119, que determinava a existência de um Serviço de Psicologia, com prestação de serviços à comunidade, que serviria como campo de estágio para os estudantes em formação. O SIPUC, seguindo a tradição instaurada pelo Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, e o SOSp do Instituto de Educação, em Belo Horizonte, constituiu-se efetivamente em um campo de estágio, nas áreas de diagnóstico psicológico, seleção de pessoal, orientação profissional, avaliação de desempenho, treinamento profissional e diagnóstico escolar. Era esse o campo de estágio existente até meados dos anos 70, o que apontava um direcionamento do curso para a formação profissional no campo da avaliação psicológica, sob a direção da professora Dalva Nogueira da Gama Perides e, posteriormente, do professor Sylvio Ferreira, bem como para o campo da Psicologia das organizações, chamada à época de Psicologia da indústria, com a coordenação do professor Márcio Dayrell Batitucci.

Antes da formatura da primeira turma de Psicologia, em 1963, os professores Rozestraten e Salomon empenharam-se no processo de reconhecimento do curso, o que conseguiram, muito embora o documento formal só tenha sido expedido pelo Ministério da Educação e Cultura em 1967.

No início dos anos 70, o Instituto de Psicologia era dirigido por um triunvirato: os professores Délcio Vieira Salomon, na função de diretor-

geral, Antônio Walter Andrade Nascimento, como diretor acadêmico, e Maurício Lanski, exercendo o papel de diretor administrativo. Essa talvez tenha sido uma das experiências precursoras da estruturação de Colegiados de Coordenação Didática, que viria a ser implantada nos anos 80. Já haviam chegado ao Brasil as disputas entre as principais escolas psicológicas europeias e norte-americanas, consubstanciadas nas teorias behavioristas, humanistas e psicanalíticas. Tais tendências também se fizeram presentes nos cursos de Psicologia no País e, em particular, na Católica de Minas Gerais, instituindo-se em disciplinas como Análise Experimental do Comportamento, Teorias Existenciais-Humanistas e Teoria Psicanalítica. Com a eleição de professores da área clínica para a coordenação do curso e do Departamento de Psicologia, no final da década de 1970, iniciou-se a introdução de disciplinas das abordagens já representadas nas teorias básicas no campo da clínica psicológica, como a Psicoterapia Comportamental, a Psicoterapia Existencial-Humanista e a Psicoterapia Psicanalítica. Nesse momento, exatamente no ano de 1980, iniciaram-se os atendimentos clínicos, por iniciativa dos professores Escípio da Cunha Lobo, coordenador do curso, Wanderley Chieppe Felipe, vice-coordenador, e Tarcísio Guimarães Mendes, coordenador do Colegiado de Coordenação Didática do curso, que se dispuseram a supervisionar os estagiários em sua prática clínica. Havia, entre os professores da área clínica, um temor de que tais atendimentos não surtiram efeito e até mesmo trouxessem prejuízos aos clientes, uma vez que a sua duração seria breve (um semestre ou dois semestres, no máximo). Caso fosse necessária a continuidade do atendimento, o cliente deveria ser encaminhado a outro estagiário, o que era visto por esses professores como um complicador. Acostumados com a ideia de que somente os processos psicoterápicos longos poderiam trazer benefícios, os atendimentos breves eram vistos com desconfiança. Entretanto, os estudantes aderiram com entusiasmo à nova proposta e, dois semestres depois, os demais professores da área clínica também se candidataram a ser supervisores dos estágios clínicos, diversificando, dessa forma, a oferta de supervisão.

O curso de Psicologia da PUC Minas, Universidade Católica que havia se tornado Pontifícia no início dos anos 80, passou a apresentar a formação clínica como nova opção, além dos campos da avaliação psicológica e da Psicologia das organizações. E, pouco tempo depois, foi introduzida a área de Psicologia educacional como mais uma alternativa de formação profissional, a partir de proposta de um grupo de professores, liderados pelas professoras Maria Helena Camargos Moreira e Maria Carmen Schetino Moreira.

### **Os conflitos epistemológicos nos anos 70**

Nos seus primeiros 20 anos de existência, o curso de Psicologia da PUC Minas retratou, de certa forma, a trajetória da Psicologia no Brasil. A variedade

de objetos e de concepções teóricas presentes no curso, já nessa época, mostrava que a Psicologia não é una, mas se divide em diversos campos de atividades e coexiste com uma pluralidade, que é, ao mesmo tempo, a sua fragilidade e a sua riqueza. Nos anos 70, o reitor da Universidade, Dom Serafim Fernandes de Araújo, grande idealizador da criação do curso de Psicologia, costumava dizer que o Departamento de Psicologia não conseguia se entender, devido aos conflitos de posições causados pelas variadas tendências teóricas. No entanto, é possível afirmar que foi essa multiplicidade que permitiu à Psicologia avançar em direção a novos posicionamentos e novos campos de exercício profissional. Uma breve análise pode nos mostrar isso com clareza.

Nos anos 60 e 70, era quase ausente do cenário da Psicologia como ciência e profissão o olhar para as questões sociais. O Brasil atravessava os seus anos de chumbo, com uma ditadura militar e a perseguição implacável às vozes discordantes, o que intimidava toda a sociedade e também os psicólogos. Mas é possível se pensar, além disso, na imaturidade da Psicologia e sua falta de posicionamento frente às graves questões sociais que afetavam e ainda afetam grande parte da população. Entender a Psicologia como um campo de conhecimento que lida com a subjetividade, pensando-se sempre o sujeito como inserido em um contexto sócio-histórico, econômico e cultural, adotando-se, portanto, uma perspectiva psicossocial de análise e de intervenção, foi uma conquista que resultou dos embates, conflitos teóricos e práticos, dentro e fora da academia.

Não foram inúteis, portanto, as inúmeras discussões ou mesmo disputas internas. Elas obrigaram a todos a procurar uma fundamentação epistemológica, histórica e metodológica mais consistente. Ao esbarrar com os limites de cada formulação teórica, tornou-se necessário ampliar o raciocínio e buscar novas contribuições, aí se incluindo os diálogos possíveis entre diferentes disciplinas teóricas, o que propiciou o surgimento da prática da interdisciplinaridade. De modo especial, observou-se um retorno às contribuições da Filosofia, da Sociologia, da Antropologia, da Ciência Política, das Ciências da Educação, da História, das Ciências da Saúde, das Ciências Gerenciais e Administrativas, das Ciências Jurídicas (sobretudo no campo dos Direitos Humanos). Tratava-se agora não mais de uma disputa de poder, mas de uma nova possibilidade de trabalho interdisciplinar ou multiprofissional. O psicólogo precisou aprender a dialogar com outros campos do saber e com outros profissionais para ampliar seu campo de ação.

A Psicologia clínica deixou de se restringir aos consultórios, passando a fazer suas intervenções nos hospitais gerais, nos hospitais psiquiátricos, nos centros de saúde, nos Centros de Referência em Saúde Mental (Cersam), nos Centros

de Atenção Psicossocial (Caps), nos hospitais-dia, nas casas de convivência, nas casas-lares, nos abrigos, nos asilos, nos orfanatos, nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), nas Unidades de Pronto-Atendimento (UPA), nas Igrejas e suas obras sociais, tornando os psicólogos aptos a trabalhar em diferentes contextos, criando novas formas de intervenção e de participação em equipes profissionais. A Psicologia educacional saiu da perspectiva individualista e ortopédica – como se sua tarefa fosse corrigir os desviantes, colocando-os na direção certa – e passou a adotar a perspectiva psicossocial e institucional, entendendo a participação do psicólogo como um membro das equipes educadoras, na posição de contribuir para melhor perceber os processos relacionais, os processos de aprendizagem e os atos educativos, como parte de projetos individuais e grupais, dentro de uma instituição e de uma comunidade. Também a Psicologia organizacional ampliou seu campo de visão, saindo de uma posição em que o psicólogo contribuía para um melhor funcionamento das organizações e passando a olhar a situação do trabalhador, suas condições de trabalho, os efeitos do trabalho na saúde e nas relações pessoais, as patologias produzidas pelo trabalho, bem como as formas de intervenção para a construção de carreiras profissionais que tenham sentido na vida do trabalhador. É fato que administradores e psicólogos são os profissionais mais requisitados para os cargos de gerente de recursos humanos nas empresas dos mais variados ramos, mas o foco do psicólogo mudou. Agora o psicólogo é capaz de dedicar uma maior atenção às carreiras profissionais, aos processos de definição das atribuições e treinamentos necessários, como condição para melhor desempenho e satisfação profissional, às questões que afetam a saúde ocupacional, à responsabilidade social das empresas (aí se incluindo a responsabilidade com seus próprios empregados), à preparação para a aposentadoria, aos benefícios que a empresa pode proporcionar a seus trabalhadores. Como se vê, o diálogo com as disciplinas citadas acima trouxe enormes contribuições e avanços para a formação do psicólogo.

### **A participação do psicólogo nas questões psicossociais na década de 1980**

A década de 1980 iniciou-se com o processo de departamentalização da Universidade, o que fez desaparecer diversas instituições existentes até então, como a Faculdade Mineira de Direito, a Escola de Serviço Social, a Faculdade de Comunicação e outras. Também desapareceu o Instituto de Psicologia, surgindo em seu lugar o Departamento de Psicologia. Durante 18 anos, ficou perdida a identidade do Instituto de Psicologia, instituição que se iniciou quase que simultaneamente com o curso. Somente em 1996, a partir de um projeto cuidadoso e bem fundamentado, de cuja equipe tive a oportunidade de participar, e que foi negociado durante meses a fio com a Reitoria, é que

foi possível recuperar a marca Instituto de Psicologia, tendo a professora Ana Lucia Andrade Marçolla sido a primeira diretora da nova fase.

Nos anos 80, vários acontecimentos tiveram lugar, mostrando a vitalidade da Psicologia na PUC Minas. Ocorreu uma grande reestruturação curricular, em que foram criadas as primeiras ênfases, no final do curso, com duração de um semestre, nas áreas de Psicologia clínica e de Psicologia organizacional. Além disso, os estágios, que até então eram feitos no Sipuc ou por iniciativa isolada de alguns professores, foram introduzidos no Projeto Pedagógico, no formato de disciplinas, criando-se o primeiro sistema de supervisão e um corpo de supervisores de estágio. Os estágios passaram a ser ofertados por meio de projetos formulados pelos professores supervisores, a partir de demandas de instituições ou comunidades, ou ainda pela oferta de serviços psicológicos dentro da própria Universidade. Nessa época, ganharam força projetos voltados para necessidades de grupos comunitários, como a participação em atividades do *Campus* Avançado do Vale do Jequitinhonha, intervenção em Psicologia Hospitalar, acompanhamento terapêutico de egressos de hospitais psiquiátricos, levantamento de necessidades de treinamento e pesquisa de clima organizacional, planejamento da gestão de pessoas nas organizações, intervenções em Psicologia comunitária (como no Cabana do Pai Tomás), oferta de serviços psicológicos na Clínica de Psicologia (atendimento clínico de crianças, adolescentes, adultos e grupos familiares; orientação profissional; atendimento em psicomotricidade; diagnóstico e intervenção psicopedagógica; diagnóstico psicológico), preparação e acompanhamento de educadores de creches comunitárias, análise institucional e intervenções com educadores. Esses são alguns exemplos de um processo que se iniciou nessa época e se mostrou um modo dinâmico de manter o curso atualizado, pela renovação de projetos em sintonia com as demandas da sociedade, buscando contribuir, de modo decidido, para sua transformação. O sistema de estágio tornou-se um ponto forte do curso, proporcionando uma formação profissional ancorada em intervenções em situações reais junto à população, especialmente o segmento das camadas populares, e junto às instituições sociais e organizações produtivas.

### **A qualificação dos professores e a pesquisa nos anos 90**

Já na década de 1990, novos desafios seriam colocados e enfrentados. Um deles foi a revitalização da área de avaliação psicológica, que havia passado por severas críticas advindas dos próprios profissionais da Psicologia na década anterior. Para isso, o primeiro passo foi a criação do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Avaliação Psicológica (LEPAP), que promoveu

diversas ações, incluindo busca de testes e instrumentos mais atualizados para utilização no curso e nos estágios, estudos e pesquisas, formulação de uma nova sistemática de diagnóstico psicológico, promoção de congressos, em conjunto com as demais escolas de Psicologia da capital, apresentação de trabalhos, publicações e investimento da formação profissional. Dessa forma, a área, sob a coordenação da professora Ana Maria Sarmiento Seiler Poelman, ganhou um novo impulso, aumentando a sua credibilidade e o interesse dos próprios estudantes. Esse movimento contribuiu para um novo olhar do Conselho Federal de Psicologia, que, após convocar especialistas na área, produziu, entre 2000 e 2008, uma série de resoluções, revalorizando a área de avaliação psicológica no campo de atuação dos profissionais em Psicologia (CFP, 2009).

Outra proposta, que havia surgido na década de 1980 e que foi posta em prática no início dos anos 90, foi a criação do Programa de Residência em Psicologia. Tratava-se de um programa de pós-graduação *lato sensu*, que unia a teoria à prática, a reflexão à produção acadêmica, a percepção institucional à formulação de um novo papel para o psicólogo junto às instituições, comunidades e indivíduos. Três projetos foram desenvolvidos ao longo de seis anos: Residência em Psicologia na Área de Saúde Mental, Residência em Psicologia Hospitalar e Residência em Psicologia Educacional. Essa iniciativa, proposta pelos coordenadores do curso de graduação em Psicologia, professores Wanderley Chieppe Felipe e Ilka Franco Ferrari, mostrou que era possível se fazer um Programa de Residência diferenciado das residências médicas e adequado à formação profissional do psicólogo, com características próprias. Em outro artigo dessa revista, a experiência é descrita com mais detalhes (Ferrari, 2009).

Também na década de 1990, foi introduzida, em caráter experimental a exigência da elaboração e defesa de uma monografia para a obtenção do grau de psicólogo. Esse mérito coube à ênfase em Psicologia educacional, que havia sido implantada por demanda surgida a partir dos próprios estudantes. Além de re-examinar o papel do psicólogo nas instituições educativas, a área de Psicologia educacional concebeu a construção de um trabalho acadêmico de maior profundidade como preparação para a vida profissional futura. A experiência pioneira passou a ser adotada como critério para as demais ênfases, a partir do último Projeto Pedagógico, em 2002 (PUC Minas, 2002).

Para completar a quarta década do curso de Psicologia da PUC Minas, foi promulgada em 1996, após oito anos de intensos debates e disputas entre parlamentares, dirigentes de instituições educativas e educadores, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996). A

ampliação do número de dias letivos para os cursos superiores, passando de 180 para 200 dias letivos e, de modo especial, a exigência de pelo menos um terço do corpo docente com titulação de mestrado ou doutorado contribuíram para mudar, de modo decisivo, o panorama das IES privadas no País, afetando, de maneira particular, a PUC Minas. Na busca de aumento da titulação docente, houve uma intensificação do processo de implantação da Pós-graduação *Stricto Sensu* na PUC Minas. Em alguns casos, foram celebrados convênios para a oferta de cursos de mestrado interinstitucionais. Três departamentos, entre eles o de Psicologia, beneficiaram-se de cursos de mestrado em cooperação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o que, juntamente com a iniciativa de outros professores, que buscaram a sua qualificação em outros programas já reconhecidos, resultou na obtenção do título de mestre por parte de aproximadamente 30 professores, em cerca de três anos.

### **O fortalecimento do Instituto de Psicologia e a criação do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* nos anos 2000**

Em pouco mais de 10 anos, mudou o panorama do Instituto de Psicologia. Contribuíram para isso a implantação de novos cursos de graduação em Psicologia em outras unidades da Universidade: na PUC Minas em Betim (1999), na PUC Minas em São Gabriel (2000), na PUC Minas em Poços de Caldas (2003) e na PUC Minas em Arcos (2003).

Após a experiência do Mestrado Interinstitucional, alguns docentes buscaram a sua qualificação em cursos de doutorado, no País ou no exterior, e, nos primeiros anos da década atual, já havia um número de doutores que, acrescidos de alguns recém-contratados, permitiu a criação do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, com a implantação do Mestrado em Psicologia. Essa era uma grande aspiração do Instituto de Psicologia que, finalmente, em 2004 tornou-se realidade.

Reunindo agora cinco cursos de graduação em Psicologia, um programa de pós-graduação *stricto sensu* e alguns cursos de especialização, coube à professora Ana Lúcia Andrade Marçolla, primeira diretora do Instituto de Psicologia, em sua nova fase, tomar a iniciativa de constituir um Conselho Técnico Administrativo (CTA), congregando, a princípio, os coordenadores dos cursos existentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A diretora que a sucedeu, professora Maria de Fátima Lobo Boschi, ampliou esse CTA, incluindo os coordenadores dos cursos de Poços de Caldas e Arcos. Com realidades regionais distintas e, portanto, Projetos Pedagógicos diferenciados, há, entretanto, diretrizes, eixos e características comuns a todos esses projetos

de cursos. Podemos destacar a valorização da pesquisa e da extensão, a busca de articulação dessas dimensões com as atividades de ensino e aprendizagem, a percepção do compromisso social da Universidade e o novo papel demandado pela sociedade em relação à Psicologia, que passou a investir na formação de um profissional

Capaz de compreender o campo dos fenômenos e processos psicológicos, considerado em sua pluralidade de objetos, métodos, teorias e técnicas; e de atuar profissionalmente na promoção do desenvolvimento e da saúde psíquica de pessoas, grupos, organizações, comunidades e coletividades por meio de ações preventivas e intervenções psicossociais, psicoterapêuticas e educativas. [...] Um psicólogo que sustente suas intervenções em princípios éticos e científicos; um profissional comprometido com seu tempo e com a construção de uma sociedade igualitária, plural, democrática e justa; defensor intransigente das condições para o pleno exercício da cidadania. (PUC Minas, Projeto Educacional, 2008)

Nesse novo cenário observado nos cursos de Psicologia integrantes do Instituto de Psicologia da PUC Minas, pode-se constatar, ao longo da última década, uma mudança estrutural que produziu diversos desdobramentos: trata-se da grande valorização da profissão docente no ensino superior. Esse é um ofício que atravessou o século XX como uma profissão mal definida e mal posicionada no mundo do trabalho, em nosso País, sendo considerada por alguns uma semiprofissão (Enguita, 1991; Felipe, 2000). As novas exigências de qualificação e produção acadêmica trouxeram uma nova delimitação para o campo da profissão docente. Em vez de uma atividade complementar a uma profissão liberal, o ofício professoral exercido no ensino superior passou a ser valorizado como um trabalho que supõe preparação prévia e dedicação. Como consequência, pode-se observar um enorme crescimento na qualidade da formação universitária, uma vez que a formação acadêmica passou a ser integrada à formação profissional. Nesse sentido, tanto a experiência da Residência em Psicologia quanto a antecipação da monografia pela ênfase em Psicologia educacional, na década de 1990, constituíram-se em projetos-piloto, que seriam estendidos a todas as disciplinas e projetos do curso de graduação em Psicologia, considerando-se que a articulação entre teoria e prática, a capacidade investigativa e a condição de intervir em uma dada realidade são requisitos para todos os profissionais em Psicologia.

Projetos de pesquisa e de extensão já começaram a se configurar no curso de Psicologia desde os anos 70. Mas foi nas duas últimas décadas que a pesquisa e a extensão começaram a ser vistas como parte integrante da formação profissional. Se a prática profissional, obtida por estágios diversificados e de qualidade, era

tão valorizada, até o início dos anos 90, como instrumento de preparação para o exercício profissional futuro, a partir daí, de modo especial com a LDBEN, essa consciência se ampliou, resultando na construção de uma nova concepção do papel da Universidade e, por consequência, do curso de Psicologia. Os saberes, competências e habilidades próprios da vida acadêmica passaram a serem considerados não só importantes, mas imprescindíveis também para a formação profissional. Assim, o espírito investigativo, a capacidade de construir e colocar em execução um projeto, a elaboração de um diagnóstico psicossocial de uma instituição, comunidade ou organização produtiva, a habilidade de articular a teoria à prática em textos escritos, a argumentação oral, o desenvolvimento da capacidade de trabalhar em equipes multiprofissionais e de exercer a liderança de grupos, o espírito crítico, a percepção da realidade socioeconômica cultural, a análise estrutural e conjuntural, a projeção de cenários no mundo do trabalho, o posicionamento ético em todas as relações pessoais e profissionais – dimensões que requerem necessariamente a imersão em processos que articulem ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão, na sua vivência teórico-prática – tornaram-se o novo desafio de professores e estudantes do curso de Psicologia da PUC Minas na concretização de um Projeto Político Pedagógico avançado e atual.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia (Conselho Nacional de Educação, 2004) traduziram bem esse novo cenário de formação e de exercício da profissão de psicólogo, ao preconizarem uma formação rica, diversificada, com a inclusão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico; o reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreensão do ser humano; a compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão; a possibilidade de atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais, os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades; o respeito à ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações da área da Psicologia. A adequação do mais recente Projeto Político-pedagógico do curso de Psicologia da PUC Minas às Diretrizes Curriculares Nacionais demandou somente trabalhos de adaptação, uma vez que esse projeto já nasceu, no início dos anos 2000, em sintonia com as novas propostas de formação e de exercício da profissão.

O curso de Psicologia da PUC Minas, 50 anos depois de fundado, continua com sua marca de pioneirismo, fruto do trabalho de vários diretores do Instituto de Psicologia, coordenadores do curso, grupos de professores, mas também de gerações de estudantes que acreditaram na PUC Minas como instituição

dedicada a uma formação de qualidade, capaz de se repensar, de se rever e avançar continuamente, sempre sintonizada com sua época. Mais um passo vem sendo dado na sua consolidação, pela ampliação do Programa de Pós-graduação, com a inclusão do Doutorado em Psicologia, projeto já aprovado pelo CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e em processo de credenciamento pela Capes, o que mostra a sua vitalidade e capacidade de renovar-se sempre.

## Referências

Brasil (1962). Lei Nº 4.119. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília: Presidência da República, 27 de agosto de 1962.

Brasil (1996). Lei 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 20 de dezembro de 1996.

Brasil. Ministério de Educação e Cultura. (1967). *Decreto Nº 61.870*. Reconhecimento do Curso de Psicologia da Universidade Católica de Minas Gerais. Brasília: MEC, 8/12/1967.

Campos, R. C. P.; Silva, L. D. & Silva, R. de A. (2005). Fontes primárias de documentação para a história da Psicologia e história da educação: constituição do acervo do Serviço de Orientação e Seleção Profissional - SOSF (1949-1994). *Escritos sobre Educação*, Ibitiré, v. 4, n. 2.

Conselho Federal de Psicologia (2009). Reinier Johannes Antonius Rozestraten. *Psicologia: Ciência e Profissão*. Brasília, v. 20, n. 4.

Conselho Federal de Psicologia (2000/2008). *Resoluções CFP Nº 012/2000, Nº 001/2002, Nº 016/2002, Nº 002/2003, Nº 007/2003, Nº 018/2008*. Regulamentam os processos de avaliação psicológica. Brasília, DF.

Conselho Nacional de Educação (2004). Resolução Nº 8/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 de maio de 2004, Seção 1, p. 16-17.

Enguita, M. F. (1991). A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. *Teoria e Educação*, n. 4, 1991, p. 41-61.

Felippe, W. F. (2000). *Ofício professoral: uma profissão em busca de redefinição*. Belo Horizonte: PUC Minas. Texto elaborado como parte do Programa de Mestrado em Educação da PUC Minas. Não publicado.

Ferrari, I. F. (2009). Residência em Psicologia na PUC Minas. *Psicologia em Revista Ouro*, v. 14, número especial comemorativo dos 50 anos do Instituto de Psicologia da PUC Minas.

Instituto de Psicologia (2002). *Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia da PUC Minas*. Belo Horizonte: PUC Minas, Instituto de Psicologia.

Instituto de Psicologia (2008). *Projeto educacional: mudança e adaptação*. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Psicologia revisado e aprovado pela Pró-reitoria de Graduação da PUC Minas. Belo Horizonte: PUC Minas, Coração Eucarístico.

Rozestraten, R. J. A.; Maciel, J. de C. & Vasconcellos, D. F. (2008). Reinier Rozestraten em Ribeirão Preto: memórias e enraizamento da Psicologia no Brasil. *Revista da Abordagem Gestáltica*, v. 14, n. 1, Goiânia.

